

A MULHER MILITAR BRASILEIRA: CONQUISTANDO MARES, ALÇANDO VOOS E DESBRAVANDO TERRAS

Denise Pellegrini Maia Rovina¹ e Neyde Lúcia de Freitas Souza²

RESUMO

As conquistas da mulher têm perpassado várias áreas, ao longo da história da humanidade. Na vida militar não foi diferente. Particularmente nas Forças Armadas brasileiras, os êxitos femininos remontam à década de 1980, quando as primeiras mulheres ingressaram na Marinha do Brasil. Para compreender a evolução histórica da mulher brasileira no cenário militar, pontuando seu percurso nas Forças naval, aérea e terrestre, de sua origem até os dias de hoje, foi desenvolvido um breve panorama sobre a participação feminina em conflitos, destacando a atuação das primeiras mulheres militares nas batalhas. As conquistas e desafios femininos não foram esquecidos nesta cena, tanto os já vividos quanto os presentes. Estimular novos alcances, impor persistência e exigir comprometimento de todos – homens e mulheres – nos preparam para a construção de uma verdadeira parceria na quebra de paradigmas, garantindo a igualdade de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher militar. Forças Armadas. Brasil.

INTRODUÇÃO

O convite para escrever o presente artigo foi acompanhado de entusiasmo e preocupação. Como representantes da Escola Superior de Guerra na Comissão de Gênero do Ministério da Defesa, desde setembro de 2014, a tarefa foi considerada uma desafiante imposição pelas autoras³. Não obstante, o entusiasmo se somou – e se sobrepôs - ao sentimento de dever. Militares da primeira turma do Quadro Feminino de Oficiais da Aeronáutica, portanto pioneiras

¹ Especialista em Desenvolvimento de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas. Psicóloga na Assessoria de Seleção e Avaliação da Escola Superior de Guerra. Militar da Primeira Turma do Quadro Feminino de Oficiais da Aeronáutica. Membro da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Psicóloga na Assessoria de Seleção e Avaliação da Escola Superior de Guerra. Militar da Primeira Turma do Quadro Feminino de Oficiais da Aeronáutica. Membro da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa.

³ As opiniões expostas neste artigo não correspondem, necessariamente, à visão do Ministério da Defesa ou da Escola Superior de Guerra e são de inteira responsabilidade das autoras.

e participantes da história da mulher nas Forças Armadas, escrever este artigo se transformou em um privilégio, pois nos conduziu de volta ao passado, proporcionando-nos reviver 30 anos de trajetória.

A aprendizagem foi o ganho mais proveitoso para a dupla de escritoras, aliada ao interesse e ao orgulho pela divulgação do percurso da mulher nas Forças Armadas do Brasil em uma publicação que fará perpetuar, também, a nossa história.

No desenvolvimento do presente artigo, buscar-se-á prioritariamente apresentar o cenário atual das mulheres militares nas Forças Armadas do Brasil. No entanto, falar do presente exigirá que se retroceda ao século XX, mais precisamente ao ano de 1980, quando ingressaram as primeiras mulheres na Marinha do Brasil – a Força Armada pioneira. Nesta volta ao passado será efetuada uma análise do contexto que propiciou a incorporação das primeiras mulheres em um ambiente exclusivamente masculino, quebrando alguns paradigmas.

Um passeio pelo mundo trará ao nosso convívio um histórico sobre as diversas formas de atuação das mulheres em guerras e conflitos, até que viessem a trabalhar como militares, combatentes ou não. Também terão destaque as mulheres brasileiras que atuaram em cenários de luta, como na Guerra do Paraguai e na Segunda Guerra Mundial. Também será pontuado o papel da Organização das Nações Unidas – em especial com a Resolução 1325, na evolução da participação da mulher em contextos conflituosos e em operações de paz.

Como uma conquista recente, será apresentada a criação, em 2014, pelo Ministério da Defesa, da Comissão de Gênero. Finalmente, realizar-se-á uma reflexão acerca das dificuldades, necessidades e conquistas do gênero feminino nas Forças Armadas brasileiras.

A intenção com este texto é disseminar informações sobre a mulher militar brasileira e, adicionalmente, encorajar mulheres a ingressarem nas Forças Armadas, exercendo seu direito e dando vazão à sua motivação em servi-las e ao seu país, abrindo espaço para novas e consistentes conquistas.

*Não se nasce mulher, mas transforma-se.
Simone de Beauvoir*

1 A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CONFLITOS

1.1 Os primórdios da participação da mulher em conflitos

Retornando a um passado remoto, observa-se que na pré-história mulheres e homens ocupavam posições semelhantes. A mulher era tão batalhadora quanto o homem, sabia usar as armas disponíveis e era sua parceira nas lutas contra os inimigos – e contra outros homens.

Os povos celtas e germânicos, por sua vez, permitiam que mulheres e crianças participassem das guerras. As mulheres celtas eram destacadas por sua coragem e sabedoria, seus conselhos eram ouvidos e desempenhavam papel de árbitras nos conflitos que diziam respeito às questões militares. Não raro, o feminino era associado ao divino e ao profético (CAIRE, 2002). Posteriormente, gregos e romanos introduziram a visão da mulher como ser inferior, e elas não mais acompanharam os homens nos combates.

Já na Idade Média as mulheres eram levadas com a tropa para os conflitos, quer acompanhando seus esposos, quer como enfermeiras, e puderam provar suas habilidades como cavaleiras. Nos primórdios da civilização, perdem novamente sua influência, pois aos soldados era recomendado não serem encontrados com “mulheres do prazer” (CAIRE, 2002, p. 23), sobre pena de serem punidos. Alojamento das esposas ou qualquer outra mulher passou a ser proibido. A repressão era rigorosa e, mesmo quando abrandada, havia a limitação no quantitativo de mulheres.

Em 1587, Carlos III, Duque de Lorena, determinou: “[...] todas as demais mulheres desse exército serão consideradas públicas e comunais para todos, e, em cada companhia, não deverá haver mais do que oito mulheres comuns a todos [...]” (CAIRE, 2002, p. 24)

No ano de 1768 as cantineiras, vivandeiras e lavadeiras passam a ter seu lugar nos conflitos, dividindo espaço, futuramente, com as comediantes, esposas e amantes e, mais tarde, com as enfermeiras – sem esquecer as espiãs. Em 1806

Napoleão mais uma vez afasta as mulheres dos exércitos, ordenando que: “[...] as mulheres e todos os tipos de estorvos sejam direcionados para os locais designados para os pequenos depósitos do corpo, de modo que o exército tenha mobilidade, flexibilidade e que sofra o mínimo embaraço possível” (CAIRE, 2002, p. 28). Posteriormente, o próprio Napoleão sugere que o exército seja acompanhado por comediantes e atrizes.

As mulheres que seguiam para o combate estiveram sujeitas à violência, ao alcoolismo e às doenças venéreas. Sua participação não ocorreu sem preconceitos ou desconfianças.

No que se refere às mulheres guerreiras, eram divididas em duas categorias: aquelas que eram chefes de exército (rainhas, amazonas) e as mulheres soldados, em geral disfarçadas de homem. A mais célebre dessas mulheres foi Joana d’Arc.

Conhecida como A Donzela de Orléans, Joana d’Arc é considerada uma heroína francesa e santa pela igreja católica – é a santa padroeira da França. Foi chefe militar na Guerra dos Cem Anos. Em 1429 Joana d’Arc chegou a Orléans comandando um exército de 4000 homens, em uma atuação conhecida como a Libertação de Orléans. Entre seus comandados ela tinha um intendente, um instrutor de equitação, um capelão, um pajem e dois arautos.

Foi queimada viva em 1431, quando tinha dezenove anos, e suas cinzas foram jogadas no rio Sena. Antes, havia sido flechada quando tentava entrar em Paris. Foi canonizada em 1920.

Os anos que antecederam o século XX podem ser considerados, então, um período de transição, testemunhando uma alternância na atuação das mulheres, das cantineiras às enfermeiras.

1.2 O surgimento das primeiras mulheres militares

A Primeira Guerra Mundial irá trazer, com ela, uma radical mudança de visão sobre o papel da mulher em conflitos. A mobilização de mão-de-obra incluiu a requisição de mulheres, como voluntárias ou mesmo como combatentes, por

exemplo, na Rússia e na Europa Oriental. No exército russo surgem as primeiras pilotos militares do mundo.

Não se tem conhecimento da existência de mulheres combatentes nos exércitos inglês, francês, alemão, americano ou italiano. A maioria delas tinha origem eslava ou oriental. Na Polônia, inicialmente, as mulheres serviram em organizações clandestinas, participaram de ações de sabotagem, de informações, de transporte de armas e explosivos. Depois, lutaram na frente de combate. Foi criada uma formação militar exclusivamente feminina denominada “Legião Feminina de Voluntárias”, que chegou a possuir 3.000 componentes. (CAIRE, 2002)

Na Sérvia e na antiga Tchecoslováquia as mulheres participaram dos combates. Os países anglo-saxões, por sua vez, mantinham-nas no apoio logístico aos exércitos.

Um autor anônimo, estudioso sobre o papel das mulheres inglesas na Primeira Guerra Mundial, citado por Caire (2002), refletiu sobre a participação feminina: “[...] a Grande Guerra exigiu sacrifícios que mudaram para sempre a face do universo e que acabaram conferindo à mulher o lugar que lhe é devido por direito neste universo.” (p. 58)

Caire (2002) acrescenta que a participação das mulheres em tal conflito trouxe o reconhecimento acerca da “diversidade de funções que a mulher podia desempenhar nos exércitos.” (p. 58)

Na Inglaterra e, posteriormente nos Estados Unidos, surgem os corpos femininos militares, núcleo dos futuros corpos femininos. Na Inglaterra, no início de 1915, havia a Legião Feminina e a Reserva Voluntária Feminina, auxiliares da Marinha, Exército e Aviação Militar. As tarefas de apoio ao combate – rancho, manutenção, telefonia, telegrafia, ficaram a cargo dos corpos femininos. Em 1918 foi criada a Seção Feminina da Real Força Aérea, e algumas das mulheres desse grupo receberam funções técnicas.

Nos Estados Unidos o recrutamento de mulheres foi mais expressivo nos serviços de saúde, ainda que tenha havido demanda para serviços burocráticos em terra. Em 1901 foi criado o Corpo de Enfermeiras do Exército, organização

militar sem postos hierárquicos, com soldo menor, mas submetidas a um estatuto militar.

Na França, em 1915, o Ministério da Guerra recrutou mulheres para atuarem em serviços burocráticos, tais como secretárias, redatoras, telefonistas e, posteriormente, como motoristas. Foi criado também um corpo de enfermeiras temporárias.

A Alemanha, por sua vez, constituiu um serviço feminino nacional, sob a coordenação da Cruz Vermelha. A atuação das mulheres abrangeu atividades de saúde, armamento e comunicações.

No que diz respeito à Segunda Guerra Mundial, à ocasião, a Inglaterra atribuiu definitivamente lugar à mulher no exército. Em dezembro de 1941 a lei do serviço nacional permitiu que mulheres fossem mobilizadas para as funções militares. Nessa época, as mulheres passaram a representar 8,5% das forças armadas. A elas cabia substituir os homens nas tarefas não combatentes, ainda que, com a intensificação do conflito, ficassem mais próximas do combate. No final da guerra, serviam em mais de 80 tipos de funções. Atuavam em funções burocráticas, tarefas domésticas, comunicações, meteorologia, rádio, manutenção de aeronaves e navios, entre outras. As primeiras médicas militares surgiram nas três forças durante o conflito.

O governo dos Estados Unidos efetuou, em 1942, uma campanha favorável à mulher militar, tendo em vista que a sociedade desaprovava tal ideia e o Congresso estava dividido. Foi realizada uma pesquisa de opinião com vistas à inclusão da mulher, tendo sido criado o Corpo Auxiliar Feminino do Exército e a Reserva Feminina da Marinha, o primeiro dotado de estatuto civil e o segundo de estatuto militar, denotando a hesitação existente. Havia funções administrativas, de suprimento, de saúde, de engenharia, e mecânicas. Algumas pilotos femininos operaram a uma distância de apenas 17km do teatro de operações. (CAIRE, 2002)

Em 1947, com a criação da Força Aérea americana, 1500 mulheres do Exército, Marinha e Fuzileiros foram transferidas para ela. Também nesse ano foi criado um corpo permanente de enfermeiras.

Na Rússia e na Polónia pilotos mulheres foram utilizadas em combate do mesmo modo que os homens, sem distinção. Na Alemanha, por sua vez, em 1938, foi instituído o serviço militar obrigatório também para as mulheres, que ia se tornando menos seletivo à medida que aumentavam os conflitos. As mulheres trabalhavam em tarefas agrícolas, de saúde, nas comunicações, como motoristas, meteorologistas, auxiliando na defesa antiaérea e, posteriormente, como pilotos.

Segundo Bezerra (2009), os Estados Unidos criaram um grupamento feminino para a Segunda Guerra Mundial, extinto em 1978. O mesmo aconteceu na Holanda, que extinguiu em 1982 seu Corpo Feminino, e no Reino Unido, que o extinguiu em 1990. Manter as mulheres em quadros específicos representaria favorecer a segregação de gênero. Desse modo, então, diversos países, substituíram tais quadros pelo acesso de mulheres em grupamentos que permitem o ingresso de ambos os sexos.

Historicamente, a inclusão de mulheres nas Forças Armadas está relacionada ao necessário recrutamento de um contingente maior de mão de obra em tempos de crise, como ocorreu na época das guerras.

Há também países cujo ingresso de mulheres se deu por meio de alistamento ao serviço militar voluntário, como foi o caso do Chile e da Argentina – na América do Sul, dos Estados Unidos e da Rússia. Em países como Noruega e Israel, por sua vez, o serviço militar feminino é obrigatório.

Há representatividade feminina nas Forças Armadas em países como França, Alemanha, Suíça, Espanha, Croácia, República Checa, Dinamarca, Itália e Portugal. Itália e Hungria são os países cujo ingresso feminino foi mais tardio, ou seja, 1999 e 1996, respectivamente (BEZERRA, 2009).

Mathias (2005) concebe que a primeira incorporação feminina às Forças Armadas ocorreu na Dinamarca, em 1946, e acrescenta que apenas em 1988 Espanha e Portugal repetiram o feito.

A Grécia tem a primazia de possuir a primeira mulher-almirante da história, Laskarina Bouboulina, que comandou uma frota, de 1821 a 1825, para combater os turcos. No entanto, foram os dois grandes conflitos mundiais os responsáveis pela admissão, oficial e reconhecida, de mulheres nos exércitos.

1.3 A participação da mulher brasileira nos conflitos

O primeiro registro da participação de uma mulher brasileira em conflito data de 1823, e aponta para Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Considerada a primeira militar do Brasil, lutou pela independência do país, tendo sido considerada heroína na Guerra da Independência. Recebeu, em 1996, o título de patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

Maria Quitéria pediu ao pai autorização para se alistar, mas como teve seu pedido negado, fugiu de casa, cortou os cabelos, vestiu-se como um homem e se alistou usando o nome de Medeiros.

A Guerra do Paraguai também apresenta relatos sobre a participação de mulheres, ainda que a elas seja dada pouca ênfase. Mulheres combateram na Batalha de Tuiuti, bem como no episódio da Retirada da Laguna. Sua atuação, ainda que também como combatentes, foi reconhecida como de cunho assistencial e de apoio. A participação da enfermeira Ana Neri é destacada na referida guerra, tendo sido, sua motivação inicial, o socorro aos filhos. (TAKAHASHI, 2002)

A atuação de Ana Maria de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi, também merece destaque. Foi chamada de “heroína dos dois mundos”, por sua coragem e bravura em lutar na América e na Itália. Seguiu Garibaldi nos combates ocorridos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Itália, a partir de 1840. Participou de lutas em Imbituba e em Curitiba, onde foi capturada, mas conseguiu fugir.

Houve também atuação de mulheres na Segunda Guerra Mundial. Em 1943, por solicitação dos militares norte-americanos, foi criado o Corpo de Enfermeiras da Reserva do Exército no Serviço de Saúde. Houve, então, a participação de setenta e três enfermeiras na Itália. Com o final da guerra as enfermeiras se desligaram do Exército. De acordo com Goulart (2010), foram convocadas voluntárias que possuíssem alguma qualificação para o serviço de enfermagem. O treinamento das enfermeiras ocorreu nos Estados Unidos e, posteriormente, elas rumaram à Itália. (MEDEIROS, 2015)

A participação feminina na Segunda Guerra foi exclusivamente assistencial, e elas sofreram toda sorte de preconceitos, inclusive por parte das mulheres dos militares, que atribuíam o interesse delas em participar ao fato de serem prostitutas. (Cansanção, citada por TAKAHASHI, 2002)

1.4 As mulheres em conflitos armados e em operações de paz: o papel da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU), organismo internacional, reconhece a igualdade de sexos perante a lei, proibindo a discriminação de gênero. Barroso (1989) ressalta o histórico papel da ONU nos esforços institucionais para eliminar a discriminação contra a mulher. Desde 1945 está presente o princípio da igualdade entre os sexos, tendo os direitos da mulher sido ampliados a partir dos anos 70.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, em outubro de 2000, a Resolução 1325 (RCSNU 1325), que versa sobre Mulheres, Paz e Segurança, sendo este o primeiro documento que discute o impacto dos conflitos armados sobre as mulheres. Lima (s.d.) acrescenta que a referida Resolução “requer que todas as partes em um conflito armado protejam as mulheres e promovam participação feminina nos processos de negociação de paz e na reconstrução pós-conflito.” (p. 4)

O documento supracitado demanda a participação feminina na construção da paz, bem como a proteção das violações dos direitos humanos e a promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação (ROCHA, 2015). A atuação feminina se insere, portanto, nos pilares da Resolução: participação das mulheres em processos de paz, proteção das mulheres em situações de conflito e prevenção da violência contra as mulheres. (LIMA, 2015)

Ainda que apresente recomendações concretas, muitos problemas persistem. As mulheres e as crianças continuam sendo as maiores baixas em conflitos, com violação dos direitos humanos, violência de gênero, física e sexual. A RCSNU 1325 acredita na contribuição feminina para a construção e a manutenção da paz, pontuando que sejam consideradas as necessidades de mulheres e meninas durante e depois de conflitos violentos, por serem elas particularmente afetadas. (FRITZ, 2010)

No Brasil, 1% do efetivo das tropas em missões de paz é composto por mulheres (LIMA, 2015). Militares das Forças Armadas do sexo feminino estão

presentes na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), em funções de jornalismo, relações públicas e assessoria jurídica, entre outras. Há também uma oficial da Marinha como observadora militar na Costa do Marfim, além da ocorrência da participação de policiais militares mulheres no Timor Leste, Guiné Bissau, Sudão do Sul e Haiti. (LIMA, 2015)

Fritz (2010) ressalta a importância das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na adoção da Resolução 1325, e lamenta existirem apenas treze planos nacionais de ação em prática, treze anos após a promulgação da Resolução. Há, ainda, segundo ele, pouco conhecimento sobre ela e seu conteúdo, recomendando que ocorra sua divulgação, sobretudo no meio acadêmico.

Lima (2015) atribui à formação de pessoas uma importante contribuição do Brasil para as missões de paz. Nessa tarefa, destaca o Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil (CCOPAB), que pontua a temática de gênero nos cursos que ministra, destinados aos militares designados, individualmente ou comendo tropa, para missões de paz.

Donadio (2013) acrescenta que a perspectiva de gênero de uma força militar em uma operação de paz engloba tanto as atividades e projetos desenvolvidos com a população local quanto a perspectiva dentro do contingente. Acrescenta que na Minustah o que mais tem se desenvolvido é a que diz respeito ao interior da força militar de paz.

O Ministério da Defesa (MD) vem, nos últimos cinco anos, buscando incrementar a participação da mulher militar na tomada de decisão quanto à solução de conflitos, bem como na proteção de mulheres em situações de conflitos armados, em uma clara posição de inseri-la na busca da paz (PRATES, 2015). Em dezembro de 2011 o MD e a ONU Mulheres assinaram carta de intenções visando ampliar a presença feminina em operações de paz e, desde então, a ONU Mulheres participa dos treinamentos do CCOPAB. Em 2012, por sua vez, o MD e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) firmaram um protocolo de intenções, dando origem a cinco Ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2012-2015.

Para Lima (2015), a adoção de medidas no contexto da Resolução 1325 e na agenda de Mulheres, Paz e Segurança não requer, necessariamente, a adoção de um Plano Nacional de Ação, vinculando o Brasil às normas internacionais, posto que o país já vem adotando medidas que legitimam a implementação da Resolução, ainda que de forma parcial.

Alinhado às propostas de ampliar as discussões acerca da presença da mulher nas Forças Armadas e à implantação da Resolução 1325 da ONU, o MD instaurou, em setembro de 2014, a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa (CGMD). Dessa forma, incorpora a perspectiva de gênero na formulação e execução das políticas públicas na área de competência do Ministério da Defesa, com a finalidade de propor e estudar ações para a efetivação dos direitos das mulheres e igualdade nas Forças Armadas e no âmbito da administração central do MD.

De acordo com a Portaria 893, que instituiu a Comissão (BRASIL, 2014a), o comitê possui caráter consultivo e é composto por representantes – titular e suplente, do MD no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de representantes dos órgãos que compõem a estrutura do Ministério, funcionários das chefias e secretarias da Defesa. Entre os setores representados estão o Gabinete do Ministro, os Comandos das Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica), a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Pandiá Calógeras. As autoras deste texto integram a Comissão, como representantes da ESG. (BRASIL, 2014b)

Em fevereiro de 2015 foi aprovado o Regimento Interno da CGMD, cujo texto se reporta às atribuições e formas de deliberação da Comissão. (BRASIL, 2015)

1.5 As conquistas e os desafios femininos

Barroso (2015) destaca a importância de Bertha Lutz – administradora, política e cientista, no universo das conquistas femininas no Brasil, por ter liderado campanha a favor do voto feminino, feito conquistado em 1932. O primeiro país a

garantir à mulher o direito de voto foi a Nova Zelândia, em 1893, ao passo que na América Latina cabe tal primazia ao Equador, que o fez em 1929.

Há conquistas, também, trazidas pela instauração dos Conselhos dos Direitos da Mulher, a partir de 1982, pelo direito a creche e pelas iniciativas contra a violência dirigida às mulheres. No entanto, no campo do trabalho a questão das diferenças salariais entre homens e mulheres persiste. A origem dessas diferenças pode estar na dicotomia entre a legislação e a prática no estabelecimento dos salários para homens e mulheres: embora a Constituição de 1934 já estabelecesse a igualdade salarial, em 1940, ao ser determinado o salário mínimo, foi autorizado o pagamento de um salário menor para as mulheres.

No que diz respeito às mulheres que optam pelo ingresso nas Forças Armadas, Carreiras e Stiehm (TAKAHASHI, 2002) enfatizam que obstáculos e desafios se apresentam a elas, em especial no que diz respeito à sua participação na atividade-fim, reservando-lhes, em muitos casos, a atuação em setores administrativos, de apoio e de saúde. As características de mobilidade geográfica e o risco da atividade, associadas à profissão militar, por vezes justificam o não acesso das mulheres às atividades de combatente.

A realidade das mulheres militares brasileiras não é diferente do cenário de desafios e dificuldades que se impõe às mulheres em geral.

2 AS MULHERES NAS FFAA DO BRASIL: TRÊS DÉCADAS CONSTRUINDO SUA HISTÓRIA

*A história brasileira é fruto de cinco séculos.
Del Priore; Venancio*

Compreender a história de uma nação significa priorizar seus momentos críticos, de modo que sirvam como relevantes parâmetros para a sua reconstrução. Sob essa ótica, entender a inclusão do gênero feminino nas Forças Armadas brasileiras pressupõe olhar o momento histórico de sua ocorrência.

Os anos 80 carimbam as páginas da história do Brasil com a presença feminina. As iniciativas referentes ao ingresso da mulher na vida castrense são concretizadas, tendo como pano de fundo a abertura política no país.

2.1 Os anos 80 no Brasil. O contexto psicossocial da mulher brasileira

2.1.1 Um breve panorama brasileiro dos anos 80

A década de 80 se anuncia em pleno processo de redemocratização no Brasil. A sucessão presidencial se dá por meio de eleições indiretas, desde 1964, controladas pelas Forças Armadas por intermédio do Congresso Nacional. O General João Baptista de Oliveira Figueiredo sucede, em 1979, o General Ernesto Geisel, dando continuidade ao prenúncio do fim do governo militar. Já não há mais movimentos armados urbanos e o processo de abertura política, não linear, consolida-se ao final dos anos 70, com a revogação do Ato Institucional 5 (AI-5), a suspensão da censura e a anistia aos presos políticos.

É nesse cenário que surgem os anos 80, com um militar presidindo o estado brasileiro e acenando com articulações políticas de garantia do partido de sustentação do governo – que se mantém intacto – enquanto a oposição se pulveriza em vários outros partidos.

Atentados com bombas carimbam com morte, medo e desconfiança as páginas da abertura política do Brasil, evidenciando a postura radical de grupos autoritários contrários àquela estratégia. Entretanto, em que pese a tensão gerada por tais ações, o governo se mantém firme em seu propósito de abertura.

O ano de 1981 tem início com uma significativa recessão, o que mobiliza o povo brasileiro a manifestar-se nas ruas.

A inflação, que atinge taxas elevadíssimas, associa-se agora à estagnação ou ao declínio econômico [...]. Após décadas de crescimento elevado ou moderado, a industrialização amarga uma crise sem precedentes. Como consequência dessa situação, o número de pobres amplia-se. [...]. Acompanhando o quadro de empobrecimento da população, a criminalidade urbana expande-se rapidamente, e a ela associa-se o tráfico de drogas. (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p.287-288)

É nesse contexto que a sociedade brasileira passa a se manifestar mais ativamente, demonstrando sua insatisfação com os rumos do país, o que começa a se refletir nas urnas, gradativamente fortalecendo os partidos de oposição e os movimentos para eleições diretas. A adesão popular é tamanha a ponto de congregar em comícios até um milhão de pessoas, o que se tornou conhecido como o movimento das Diretas-Já!

Em 1985, a oposição alcança o poder, sustentada principalmente quando as elites se dividem, os setores militares radicais recuam e a mídia fica fortemente influenciada pelas mobilizações populares. Contudo, o candidato vitorioso, Tancredo de Almeida Neves, não consegue tomar posse, por motivo de grave doença que o leva a morte. Na manhã de 15 de março, o Congresso Nacional empossa o então vice-presidente da República, José Sarney, personalidade alinhada ao vice-presidente do General Figueiredo.

Políticas de contenção da inflação, planos econômicos mal sucedidos e corrupção marcam a nova gestão. Por outro lado, a democracia avança – um marco na história do país é a convocação da nova Constituinte em 1988. Ainda é neste período que amplia-se a participação eleitoral, estendendo-se aos analfabetos e aos menores de 16 anos o direito de votar.

Em novembro de 1989, o Brasil elege o primeiro presidente por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985) e o único deposto por um processo de *impeachment* no país. Fernando Affonso Collor de Mello encerra o seu governo em meio a uma forte crise econômica e ampla corrupção.

2.1.2 A evolução do gênero feminino na sociedade brasileira

As mulheres brasileiras começaram a frequentar a universidade em 1874 e adquiriram o direito de votar e ser votadas em 1932. Passaram a jogar futebol profissionalmente a partir de 1981 (D'ARAUJO, 2015).

Os anos 80 carimbam as páginas da história do Brasil com a presença feminina. As iniciativas referentes ao ingresso da mulher na vida castrense são concretizadas, tendo como pano de fundo a abertura política no país.

Durante muito tempo, observa-se que as jovens brasileiras veem-se protegidas, controladas e envolvidas por “restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.” (LOURO, 2013, p.453). Percebidas em um mundo de fragilidade, viver à margem do mundo doméstico representaria um risco para a formação da família, a condição da maternidade e o cumprimento dos deveres do lar, podendo comprometer suas funções sociais.

É nos anos 70, numa conjuntura ascendente da indústria nacional, que a mulher brasileira alia-se a entidades representativas da sociedade para lutar por direitos que lhe garantam a inserção no mercado de trabalho.

Somente em 1975 a Organização das Nações Unidas “reconhece o papel da mulher e declara o início da década da mulher no mercado, na política, etc.” (ESTRELA, 2013). O autor destaca, ainda, os anos 80 como uma época de conquistas, onde o gênero feminino é um dos principais agentes transformadores.

No Brasil, a história da mulher no mercado de trabalho vem sendo construída sustentada por duas vertentes: “a queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução da população feminina. Estes fatores vêm acompanhando, passo a passo, a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação de sua renda” (PROBST, 2015, p.6). A autora cita, ainda, a analista do Departamento de Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Vandeli Guerra, que, contudo, aponta a pouca relevância da velocidade com que isto se dá. “O que estamos constatando é uma quebra de tabus em segmentos que não empregavam mulheres. Nas Forças Armadas, por exemplo, elas estão ingressando pelo oficialato. Para consolidar sua posição no mercado, a mulher tem cada vez mais adiado projetos pessoais, como a maternidade. A redução no número de filhos é um dos fatores que tem contribuído para facilitar a presença da mão-de-obra feminina, embora isto não seja visto pelos técnicos do IBGE como uma das causas da maior participação da mulher no mercado.” (PROBST, 2015, p.6)

No início dos anos 80, com o rápido crescimento da mobilização dos diversos setores da sociedade brasileira, que reclamam a redemocratização do país e melhoria das condições de vida, de trabalho e sociais, interrompe-se, finalmente, um silêncio de anos, quando as vozes femininas são ouvidas a ponto de levar a modificações dos modelos de cidadania no país. “Não podemos deixar de reconhecer que as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1979 e 1985.” (GIULANI, 2013, p.644)

Na política, segundo ainda Giuliani, “ocorre uma união entre grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, certas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado.” (p.645) As consequências de tal junção impõem um novo pensar sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil.

“Assim, muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual conseguem sair das paredes domésticas em que até então estavam enclausuradas e tornam-se fontes de denúncias e de demandas de novos direitos. Tais atitudes conseguem atingir os alicerces das relações sociais questionando os principais espaços coletivos: o local de trabalho, a prática sindical e a própria família.” (GIULANI, 2013, p.645)

Os anos 80 podem ser vistos como emblemáticos para as mulheres brasileiras. Ingressam com determinação no mercado de trabalho, brigam por seus espaços, rompem com paradigmas que as classificam como exclusivamente frágeis, submissas e doces e, não raro, sustentam suas próprias famílias e cumprem jornadas múltiplas. Por outro lado, a violência contra as mulheres aumenta, podendo simbolizar uma resposta cruel às rupturas que as fizeram evoluir historicamente.

É nesse momento histórico de transição – nos cenários social, político e econômico – que as Forças Armadas brasileiras passam a integrar o gênero feminino em suas fileiras, deixando de ser, os quartéis, territórios exclusivamente masculinos.

A primeira notícia sobre a intenção de incluir o gênero feminino nas Forças Armadas brasileiras remonta ao ano de 1975, quando elaboraram “um projeto de lei para abertura da carreira militar às mulheres, tendo sido vetado pela Presidência da República.” (ALMEIDA, 2008, p. 82)

Segundo Almeida, em 1979, o Senador Orestes Quércia apresenta projeto de lei que propõe o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior, julgando inconveniente a inclusão feminina por meio de serviço militar obrigatório.

2.2 O pioneirismo da Marinha do Brasil

A criação do Corpo Feminino da Reserva da Marinha (CFRM) é efetivada por meio da Lei nº 6807, de 07 de julho de 1980, destinando-se “a atender encargos do interesse da Marinha, relacionados com atividades técnicas e administrativas.” (BRASIL, 2015)

Almeida, citada por Santos (2015), busca identificar, em estudo referente ao processo decisório sobre a admissão da mulher militar, os determinantes que influenciaram tal processo. Segundo a autora, neste período de redemocratização do país, tal decisão justifica-se por ir “além do festejado pioneirismo atribuído à Marinha” (p.2). Seu estudo aborda “as qualidades tradicionalmente atribuídas ao feminino e sua contribuição na humanização da imagem da instituição colaborando para o estreitamento das relações com a sociedade civil.” (p.2)

Com suas necessidades explícitas de reposição de pessoal, o processo seletivo na Marinha deu-se em etapas sucessivas, por meio de concurso público de âmbito nacional. As aprovadas em provas escrita e oral de conhecimentos profissionais, prova de comunicação e expressão, entrevista, exame psicológico, exame de suficiência física e exame de saúde deveriam realizar os respectivos estágios de adaptação, concluí-los com aproveitamento para só então comporem os quadros do CFRM.

A previsão inicial era de que as mulheres militares da Marinha exercessem suas atividades profissionais em terra, em Organizações Militares, de acordo com as necessidades da Força e conforme suas habilitações e qualificações pessoais.

De acordo com dados coletados em palestra proferida pela Capitão-de Mar-e-Guerra Aldner Peres de Oliveira, em 9 de outubro de 2013, no Programa de Atualização da Mulher ministrado pela Escola Superior de Guerra, foram destinadas mais de 500 vagas a profissionais das áreas de saúde, administrativa e tecnológica e selecionadas 203 oficiais, pertencentes às especialidades de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Psicologia, Nutrição, Serviço Social, Engenharia Eletrônica, Engenharia Cartográfica, Biblioteconomia, Estatística, História, Pedagogia, Processamento de Dados (Informática), Educação Física e Meteorologia. Também foram selecionadas 311 praças nas

especialidades de Contabilidade, Secretariado, Patologia Clínica, Enfermagem, Prótese Dental, Radiologia Médica, Administração Hospitalar, Artes Gráficas, Eletrônica e Estatística. (OLIVEIRA, 2013)

A ascensão aos postos e graduações do gênero feminino na Marinha foi planejada com um olhar diferenciado quando comparada a carreira masculina. Às mulheres oficiais foi definido o alcance ao posto máximo de Capitão-de-Fragata, com uma demanda de tempo superior à dos homens. De acordo com Orichio et all (2012), estes “poderiam alcançar as patentes máximas de Capitão-de-Mar-e-Guerra e Almirante; patentes estas interditas às mulheres. Também havia diferenciações inerentes aos interstícios exigidos para as promoções, pois as mulheres deveriam submeter-se a um longo período de estágio probatório, qual seja, de nove anos, antes de sua incorporação definitiva” (p.3)

Se por um lado a Marinha do Brasil se destacava pela posição de vanguarda frente às outras Forças Armadas – devido à incorporação de mulheres em seus quartéis – por outro lado, aparentemente, apontava em uma direção que sinalizava um desenvolvimento restritivo em sua carreira, sem possibilidades, inclusive, da assunção de comando. Homens e mulheres, distintas possibilidades de crescimento na carreira! Era o que vigorava nos primeiros anos na Marinha do Brasil.

Em meados dos anos 90, tal diferenciação deixa de existir. Com a promulgação da Lei N° 9.519, de 26 de novembro de 1997, que reestrutura os Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha (LRCQ), além de extinguir o CAFRM, amplia-se consideravelmente a inclusão do gênero feminino nas ações da Força Naval. As mulheres passam a compor os Corpos de Intendentes, de Engenheiros, de Saúde, os Quadros Técnico e Auxiliar da Armada, o Corpo Auxiliar de Praças e o Quadro de Músicos do Corpo de Praças de Fuzileiros Navais, sendo incorporadas a cada uma das especialidades e carreiras antes destinadas apenas aos homens, mudando significativamente as perspectivas de ascensão. (BRASIL, 2015)

Como estabelece a Lei 9519, a igualdade entre homens e mulheres deve ser respeitada, salvaguardando-se as especificidades da força. Tal instrumento

legal oferece, a partir de então, o suporte necessário para a implantação das modificações determinadas pela Marinha para minimizar o tratamento diferenciado de gênero, presente até então.

Segundo dados obtidos na palestra realizada pelo Contra-Almirante Jorge Machado, proferida na 2ª Reunião de Gênero do Ministério da Defesa, realizada em 9 de fevereiro 2015, em Brasília, nos dias atuais, a Marinha do Brasil conta com 7602 militares do sexo feminino, o que constitui 10,02% do efetivo da Força Naval. As oficiais que integram os Quadros de Carreira e Temporários somam 3394 mulheres, representando 30,37% da oficialidade. Atuam nas áreas Administrativa (1428), de Saúde (1718) e Engenharia (248), integrando os Corpos e Quadros da Marinha, conforme suas formações de nível superior. (MACHADO, 2015)

Também de acordo com Machado (2015), as Praças do gênero feminino representam 6,5% do total de militares desta categoria, constituindo 4208 mulheres, possuidoras de nível médio de escolaridade e distribuídas nas organizações em função de suas formações. Cabe destacar a presença de mulheres com formação em música na Banda Sinfônica de Fuzileiros Navais e no Conjunto Fuzibossa, sendo o primeiro de reconhecimento internacional.

Ainda integrando o ininterrupto processo de aperfeiçoamento da gestão de seu pessoal, a Marinha passa a admitir, em 2014, a primeira turma de Aspirantes femininas da Escola Naval, traduzindo a motivação da Força em compor, cada vez mais, as suas fileiras integrando homens e mulheres.

Neste cenário atual, a Marinha do Brasil reformula seus Quadros e Corpos, oferecendo, às mulheres, oportunidades de desenvolvimento na carreira análogas àquelas já disponíveis para os homens. As oficiais e praças acessam aos postos mais elevados, quando pertinente. Comandam, dirigem e chefiam organizações que, outrora, eram conduzidas pelo gênero masculino. O marco mais relevante desse processo é atingido em novembro de 2012, quando a Presidenta Dilma Rousseff assina a promoção da primeira mulher a ocupar um cargo de Oficial General das Forças Armadas brasileiras, a Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes. Essa ação marca a Força Naval como aquela que se destaca, mais uma

vez, na história do Brasil pelo seu pioneirismo em atos e olhares de inserção do gênero feminino.

2.3 A experiência que deu certo na Força Aérea Brasileira

Um ano após o ingresso da mulher na Marinha do Brasil, a Aeronáutica passa a desenvolver ações para a inclusão do gênero feminino em sua corporação.

Também inspirada pelas mudanças presentes na passagem de década, quando o Brasil se vê em pleno processo de abertura política e redemocratização, as primeiras mulheres militares da Força Aérea ingressam, em 1982, no Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, abrangendo os Quadros Femininos de Oficiais (QFO) e de Graduados (QFG).

Respaldao pela Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981, que cria o CFRA, “destinado a atender necessidades do Ministério da Aeronáutica relacionadas com atividades técnicas e administrativas” (BRASIL, 2015), o acesso da mulher no Ministério da Aeronáutica também se dá, a exemplo da Marinha, por meio de concurso público. O processo seletivo, com vistas à matrícula no Estágio de Adaptação ao QFO ou ao QFG, prevê os exames básicos e eliminatórios de conhecimentos especializados, psicotécnico, médico e de aptidão física.

Em 01 de agosto de 1982, 156 mulheres matriculam-se na primeira turma de convocadas para o Estágio de Adaptação ao Quadro Feminino de Oficiais (QFO), no lendário Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, berço da aviação militar brasileira, incluindo as especialidades de Análise de Sistemas, Assistência Social, Biblioteconomia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia. Na mesma data, 147 mulheres ingressam na primeira turma do Quadro Feminino de Graduadas (QFG), nas especialidades de Enfermagem e Técnica de Programação, no Centro de Instrução de Graduados da Aeronáutica (CIGAR), em Belo Horizonte. A previsão inicial para os Quadros de Oficiais e Graduados era de que atingissem, em suas respectivas carreiras, o posto máximo de Tenente-Coronel e a graduação de Suboficial.

Com o passar do tempo, novas carreiras vão sendo incorporadas ao Corpo Feminino da Aeronáutica, bem como ocorrem novas formas de ingresso do gênero feminino na Força Aérea.

Em 1990, forma-se a última turma do QFG e, no ano seguinte, a última turma do QFO. As especialidades do QFO são absorvidas pelo Quadro Complementar, em que pese a sua condição de temporalidade. As especialidades do QFG incorporam-se ao Quadro de Suboficiais e Sargentos, extinguindo-se, assim, os Quadros Femininos de Oficiais e de Graduados da Aeronáutica. Se as militares graduadas foram absorvidas naturalmente pelo quadro de sargentos já existente, o mesmo não ocorreu com as oficiais, pois não existia correspondência com outras carreiras ocupadas pelo gênero masculino, impossibilitando-as de assumir cargos de comando, direção e chefia e atingir postos mais elevados.

Ainda em 1990, mulheres com formação em Medicina, Odontologia e Farmácia são admitidas, por meio de concurso público, nos quadros de carreira existentes, integrando homens e mulheres com a mesma formação. Vislumbra-se, a partir de então, a possibilidade da mulher médica militar da Aeronáutica alcançar o posto de Brigadeiro, acesso não previsto às pioneiras do Quadro Feminino.

Os Quadros Temporários da Aeronáutica também passam a admitir a mulher em seus contingentes, a partir de 1991, com a possibilidade de compô-los durante oito anos, sejam integrando o Quadro Complementar de Oficiais, o Quadro de Oficiais Convocados e o Quadro de Sargentos Convocados.

Em 1995, quebra-se um importante paradigma, quando os portões da Academia da Força Aérea (AFA) se abrem para as mulheres do Quadro de Intendentes. Passam a conviver diuturnamente, na AFA, jovens homens e mulheres que se preparam para pensar a logística no Comando da Aeronáutica. Quatro anos depois, formam-se as primeiras oficiais do gênero feminino em uma Academia Militar no Brasil, distinguindo novamente a Aeronáutica pelo pioneirismo, sendo a primeira das três forças a permitir à mulher uma formação acadêmico-militar igual a dos homens em um curso de carreira com perspectiva de assunção ao generalato (SANTOS, 2015).

Em 1996, após 45 anos de história, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) admite mulheres em seu concurso de ingresso, deixando a instituição de ser reduto exclusivo de homens, em uma carreira tradicionalmente masculina.

No ano de 2002 a Escola de Especialistas passa a admitir o ingresso de mulheres, formando sargentos do gênero feminino naquela que é considerada uma das mais relevantes escolas de formação técnica do Brasil.

O ano seguinte constitui-se um marco significativo para a conquista feminina: à mulher brasileira é permitido pilotar aeronaves militares. Assim, em 2003 a Aeronáutica abre vagas para as mulheres ingressarem no Quadro de Oficiais Aviadores, dando prosseguimento ao acesso feminino à AFA, agora voltadas para a sua atividade fim. Novamente a Força Aérea congrega homens e mulheres conferindo-lhes a mesma formação acadêmica e militar, desta feita na atividade aérea, sua destinação primordial.

Em continuidade ao aprimoramento do processo de administração de pessoal na Aeronáutica, é aberto, no ano de 2014, o concurso para a 1ª turma do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAp), composto por homens e mulheres com formação profissional de nível superior, com vistas a ocupar funções de suporte para as atividades-fim nas áreas de saúde, ciências exatas, humanas, infraestrutura, dentre outras. Diferentemente dos quadros técnicos complementares, que se caracterizam pela transitoriedade, o QOAp, por ser um quadro de carreira, prevê a ascensão ao posto de Coronel, preenchendo uma lacuna até então existente na Força Aérea e permitindo vislumbrar a ocupação, no futuro, de relevantes cargos de Comando, Direção e Chefia por mulheres especializadas.

Conforme dados obtidos em palestra proferida pela Tenente-Coronel QFO Luciane Scrivano Capanema de Souza, em 23 de setembro de 2014, no Programa de Atualização da Mulher ministrado pela Escola Superior de Guerra, a Força Aérea planeja voos ousados para 2016. O ingresso de meninas na Escola Preparatória de Cadetes-do Ar apresenta-se como um dos maiores desafios que a Aeronáutica terá que enfrentar. Integrar e acompanhar adolescentes de ambos os

sexos será uma missão fascinante que, certamente, servirá mais uma vez de exemplo para as demais Forças. (SOUZA, 2014)

Constitui-se, desse modo, o grupamento de mulheres da Força Aérea Brasileira. Em que pese ser a mais jovem das Forças Armadas, a FAB supera as demais Forças não somente pelo pioneirismo da atuação feminina em sua linha de frente, como também por contemplar o maior contingente militar feminino: 10551 oficiais e graduadas (15% do efetivo total de militares da ativa), segundo dados obtidos na palestra realizada pelo Brigadeiro-do-Ar Aldo Matsuhira Miyaguti, proferida na 2ª Reunião de Gênero do Ministério da Defesa, realizada em 09 de fevereiro de 2015, em Brasília (MIYAGUTI, 2015).

É com orgulho e admiração que o Brasil vê suas jovens mulheres, egressas da Academia da Força Aérea, possuidoras de plenas condições para pilotar aviões helicópteros, aeronaves de transporte e de caça. Também com imodéstia comemora-se o fato de a Coronel médica Carla Lyrio Martins ter assumido, em 2015, o comando da Casa Gerontológica Brigadeiro Eduardo Gomes, primeiro cargo feminino de destaque na área médica.

2.4 Consolidando a presença feminina no Exército

Se a Marinha do Brasil distingue-se pelo pioneirismo na admissão do gênero feminino em suas fileiras, se a Força Aérea Brasileira revela um olhar inédito ao abrir os portões de sua Academia Militar para jovens cadetes aspirantes à Intendência e à Aviação, o Exército Brasileiro também é merecedor de especial distinção.

É por meio do concurso para o Quadro Complementar de Oficiais que o Exército admite o ingresso das mulheres brasileiras em seu contingente, em 1992, não fazendo distinção de gênero.

A Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), “destinado a suprir as necessidades de suas Organizações Militares com pessoal de nível superior para o desempenho de atividades complementares” (BRASIL, 2015), promovendo a concorrência entre

homens e mulheres em igualdade de condições, com possibilidades de atingir o posto de Coronel, em diferentes formações superiores.

Os dados a seguir foram extraídos da palestra apresentada pelo General de Brigada Fernando Marques de Freitas, proferida na 2ª Reunião de Gênero do Ministério da Defesa, realizada em 09 de fevereiro de 2015, em Brasília. (FREITAS, 2015)

Em 1992, 49 mulheres matriculam-se na então Escola de Administração do Exército, na cidade de Salvador, após aprovação nas etapas do processo de seleção: exame intelectual, inspeção de saúde, exame de aptidão física, verificação documental preliminar e revisão médica e comprovação dos requisitos para matrícula. As primeiras mulheres do Exército possuem formações superiores em Administração, Economia, Informática, Direito, Magistério, Estatística, Ciências Contábeis e Pedagogia, áreas que, à época, atenderam às necessidades da Força.

Em 1996, 290 mulheres com formação em Medicina, Odontologia, Veterinária e Farmácia são incorporadas para a prestação de serviço militar na área de saúde, ficando instituído o Serviço Militar Temporário Feminino Voluntário.

Um ano após, o Instituto Militar de Engenharia recebe a inscrição do gênero feminino, matriculando a 1ª turma de 10 mulheres, incluídas posteriormente no Quadro de Engenheiros Militares como 1º tenentes.

Progressivamente, outras oportunidades de ingresso foram acessadas pelas mulheres. A Escola de Saúde do Exército matricula e forma, em 1997, sua primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, reforçando o contingente da área de saúde com pessoal de carreira e assegurando uma atuação continuada.

No ano de 1998, institui-se o Serviço Técnico Temporário, para profissionais pertencentes a outras áreas que não, exclusivamente, a de saúde. Forma-se a 1ª turma de 519 mulheres advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas.

Em 2001, permite-se a participação de mulheres no concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde, que passa a funcionar no ano seguinte. Em 2013, o Comando de Aviação do Exército admite Sargentos Técnicos Temporários femininos para atuação em área predominantemente atribuída ao gênero masculino: a manutenção de aeronaves.

O Exército Brasileiro, última Força Armada a incluir o gênero feminino em seu contingente, reúne atualmente um significativo quantitativo de mulheres. Segundo Freitas (2015), somam 7621 mulheres, representando 10% do efetivo total, das quais 4357 são oficiais e 3264 graduadas, as quais exercem suas atribuições em todo o território nacional.

O Exército se prepara e faz adaptações para, em 2017, receber mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Em breve elas irão realizar cursos antes exclusivos do universo masculino, atendendo ao que prevê a Lei N° 12.705, de 8 de agosto de 2012. (BRASIL, 2012)

Mathias e Adão (2013) consideram a referida lei um avanço quanto à participação feminina nas Forças Armadas brasileiras, posto que estabelece que o ingresso das mulheres no Exército é irrestrito, possível na linha militar bélica. As autoras consideram, inclusive, que esta lei é uma iniciativa para a promoção de maior participação de mulheres militares em zonas de conflito sob o suporte da ONU, como prevê a Resolução 1325 dessa Organização.

As componentes femininas do Exército tem se destacado em um ambiente militar considerado tradicional. A Major médica Carla Clausi é um exemplo dessa distinção, pois atualmente é chefe do Hospital de Guarnição de João Pessoa, na Paraíba. Cabe ressaltar que essa militar já havia atuado, em 2008, na força de paz no Haiti. À ocasião, integrou o Batalhão de Infantaria de Força de Paz e chefiou a equipe de resgate na escola La Promesse, em Porto Príncipe, que desabou com 90 crianças dentro. Também pertence à primeira turma de mulheres que cursaram a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 2011.

Segundo o sítio DefesaNet (2015), centenas de militares brasileiras já serviram na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

(MINUSTAH). Atualmente, dez se preparam para serem enviadas ao país caribenho em maio de 2015, quando participarão do 22º Contingente do Brasil na Missão de Paz. De acordo, ainda, com dados coletados, o Brasil tem catorze mulheres no Batalhão Brasileiro (BRABAT), quatro na Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) e uma no Grupamento de Fuzileiros Navais (ASCOM, 2015).

A presença da mulher nas Forças Armadas brasileiras vem ocorrendo de forma gradual, de acordo com as demandas e especificidades de cada Força. Uma certeza é a de que vem contribuindo para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional das Mulheres no Brasil.

3. VISLUMBRANDO NOVAS CONQUISTAS

A partir de 1980 tornou-se possível às mulheres serem militares da Marinha, bem como quase todas as unidades das polícias estaduais da federação brasileira passaram a incluir o gênero feminino. Em setembro de 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha⁴. Muitas conquistas, pode-se dizer.

No entanto, em março de 2015, em debate ocorrido na Casa do Saber, no Rio de Janeiro, as reclamações relacionadas à desigualdade de gênero ainda eram a tônica – e estamos em pleno século XXI. À ocasião, a socióloga Thereza Lobo considerou que a desigualdade de gênero é “a doença da humanidade” (COHEN, 2015). Há desigualdade no mercado de trabalho e na remuneração, bem como na divisão dos trabalhos domésticos e na educação dos filhos.

Barroso (2015), ao analisar a inserção das mulheres nos altos escalões da administração pública no Brasil, corrobora com a opinião de Lobo (2015), tendo constatado que, ainda que o mercado de trabalho tenha se ampliado, há muitos desafios a serem superados. Cargos, funções e gratificações no serviço público, em especial os mais elevados, ainda são primazia dos homens.

⁴ A Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, recebeu esse nome como uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, marco na história das lutas femininas brasileiras. Farmacêutica cearense, lutou por vinte anos para que seu marido e agressor, Marco Antonio Heredia Viveiros, fosse criminalizado pelas tentativas de violência doméstica e familiar – e de assassinato que sofreu inúmeras vezes. Precisou recorrer a instituições internacionais e a ONGs, que pressionaram o Brasil, até que a referida lei foi criada. (BRASIL, 2006)

No que diz respeito às mulheres militares, não há consenso na reflexão acerca das conquistas até o momento. Mesmo as mulheres oriundas de países que conquistaram a igualdade na participação em operações de combate, há questionamentos que precisam ser colocados na pauta das discussões (PETRONIO, 2015).

Uma capitã americana combatente, do corpo de fuzileiros navais, que atuou no Afeganistão e no Iraque, queixa-se do fato de que as decisões sobre a abertura da arma de infantaria para as mulheres ter sido tomada por um pequeno número de civis que desconheciam os possíveis efeitos – médicos, em especial – das operações de combate prolongadas no organismo feminino. Reivindica, portanto, estudos científicos que antecedam decisões políticas. A referida militar queixa-se de estar, atualmente, com sérios problemas de saúde, de ter se deteriorado em grau mais elevado, fisicamente, comparativamente aos seus colegas homens, e de estar fisicamente incapaz para o serviço ativo, estando impedida de atingir o generalato.

Mulheres de origem curda, por sua vez, se armaram e foram combater o estado islâmico, como forma de lutar contra o fundamentalismo. O correspondente da CNN Salih (2015), no entanto, pesquisou que as mulheres viraram combatentes para escapar dos abusos no casamento ou de outras formas de repressão.

Ainda imperam barreiras que terminam por discriminar as mulheres, dificultando a evolução do acesso feminino às Forças Armadas. Bezerra (2009) as analisa e conclui que dentre elas está a crença em que há uma fragilidade natural na mulher, uma debilidade feminina que a impede de desempenhar funções onde a força física seja exigida.

Outra crença, complementar à anterior, refere-se a ser necessário proteger a mulher por sua fragilidade, não cabendo a ela expor-se a atividades de risco. À mulher está disponível a maternidade, os filhos, devendo afastar-se da violência associada à guerra.

O custo político de ver a opinião pública contrária, nos casos de morte de mulheres em combate, também se apresenta como fator contrário à mulher

combatente. As mulheres estariam igualmente suscetíveis a formas de discriminação, em especial a discriminação sexual, em que pese a discriminação de gênero ser a mais comum.

O grande desafio é não estereotipar, não antecipar presumidamente as atividades que as mulheres não podem – ou não devem – exercer, tomando por base crenças baseadas no sexo, considerando que as diferenças de gênero são biológicas e não essencialmente diferenças culturais.

Strey (2001) acredita que as mulheres precisam diversificar sua participação em todas as atividades. Segundo ela: "Nenhum assunto, tema, lugar, situação ou o que seja deve ser alheio a elas. A nós, as mulheres, deve dizer respeito tudo o que se relacione com as ideias, os feitos, os sonhos e as realizações humanas." (p. 17)

Para Zuwick (2001), é necessário haver uma reestruturação na organização familiar e na estrutura econômica da sociedade para que "homens e mulheres compartilhem da mesma valorização social e se relacionem em posição de igualdade e de respeito mútuo". (p. 39)

Qualquer conquista precisa passar por uma mudança de paradigma no que se refere aos preconceitos que a mulher ainda sofre, algumas vezes advindos dela própria. É preciso ter a clareza de que gênero é uma construção social, e na sociedade em que se vive atualmente ainda há o reforço na atribuição de papéis diferenciados – e estereotipados – para homens e para mulheres.

De acordo com a análise de Mathias e Adão (2008): "[...] também na caserna são mudanças culturais profundas que levarão a uma verdadeira igualdade de gênero." (p. 298)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao sofrimento do pioneirismo têm sido acrescidas conquistas comemoradas com grande entusiasmo. Apesar de muitos espaços estarem consolidados, no entanto, muito há que ser feito.

O que as mulheres militares solicitam é igualdade no acesso aos cargos, postos, responsabilidades, direitos e deveres inerentes à carreira, e não que

sejam alçadas a situações especiais por algum tipo de privilégio não conquistado com seus esforços ou competências pessoais.

Para tanto, uma revisão na consideração de que gênero tem como origem um componente biológico precisa ocorrer, ou se justificará a partir do sexo, sempre, a desigualdade na divisão dos papéis.

Nós, mulheres, reconhecemos que a instituição militar e a instituição família por vezes rivalizam e que, ao dicotimizá-las, somos acometidas por ansiedades e dúvidas, mas tal conflito não é exclusivo das mulheres militares, mas diz respeito às mulheres em geral, em virtude da divisão de papéis que a sociedade nos impõe na estrutura familiar. Afinal, somos múltiplas identidades, e não pode haver oposição entre nossa identidade civil e nossa identidade militar.

Nós, mulheres militares, não estamos em busca de proteção ou privilégios, pois sabemos que enquanto formos protegidas ou privilegiadas, seremos desiguais e, conseqüentemente, excluídas. Não queremos ser dependentes nem coadjuvantes. Queremos, sim, garantir que nosso desempenho e competência profissionais se imponham. Que não sejamos submetidas a discriminações de qualquer natureza, sobretudo à discriminação de gênero. E que nossa história, como protagonistas de um destacado capítulo na trajetória da mulher militar, tenha contribuído para a conquista de novos horizontes.

*Temos o direito de sermos iguais
quando as diferenças nos inferiorizam
e temos o direito de sermos diferentes
quando as igualdades nos escravizam.
Boaventura de Souza Santos*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mariza Ribas d'Ávila. **Características do processo decisório sobre o ingresso da mulher militar na Marinha do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social). Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense, RJ.

ASSESSORIA de Comunicação Social do Ministério da Defesa (ASCOM). **Mulheres estão cada vez mais presentes nas Forças Armadas brasileiras**. Brasília, 08 mar. 2015. Disponível em:
<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4243-08-03-2013-defesa-mulheres->

estao-cada-vez-mais-presentes-nas-forcas-armadas-brasileiras. Acesso em: 18 abr. 2015.

BARROSO, Carmen. As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do Plano Mundial de População. **Tempo Social**. Revista Sociologia da USP. São Paulo, SP. Vol. 1 (1), 1 sem. 1989. p. 183-197. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/temposocial/site/images/stories/edicoes/v011/mulheres.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BARROSO, Carmen. As mulheres nos altos escalões da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília, DF. 66 (1), jan. –mar. 2015, p.145-159.

BEZERRA, Ricardo Pereira de Araújo. **Las mujeres em las Fuerzas Armadas**. Trabalho monográfico. Buenos Aires: 2009. 21 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria N° 893/MD, de 14 de abril de 2014. Institui a Comissão de Gênero no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 72, Seção 1, 15 abr. 2014. (a)

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria N° 2218/MD, de 03 de setembro de 2014. Designa os representantes integrantes da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa - CGMD**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 170, Seção 2, p. 8-9, 04 set. 2014. (b)

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa N° 338/MD, de 10 de fevereiro de 2015. Aprova o Regimento Interno da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa - CGMD**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 29, Seção 1, p. 5, 11 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N° 6.807, de 07 de julho de 1980. Cria o Corpo Feminino da Reserva da Marinha e dá outras providências**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6807-7-julho-1980-357060-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei N° 6.924, de 29 de junho de 1981. Cria no Ministério da Aeronáutica o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 12144, 30 jun. 1981.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N° 7.831, de 2 de outubro de 1989. Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO) e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L7831.htm. Acesso em: 5 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 9.519, de 26 de novembro de 1997. Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9519-26-novembro-1997-365382-norma-actualizada-pl.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2015

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2005. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 8 ago. 2006.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar: das origens aos nossos dias.** Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

COHEN, Marina. Desigualdade de gênero persiste. **O Globo**, 26 mar. 2015. p. 28.

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. **Resdal**. Disponível em: <http://www.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-daraujo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015

DEFESANET. **Dez mulheres no contingente brasileiro da MINUSTAH.** Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/18271/Dez-Mulheres-no-Contingente-Brasileiro-da-MINUSTAH/>. Acesso em: 24 abr. 2015

DONADIO, Marcela R.; RIAL, Juan. **La sombra de la violencia. Mujeres y fuerzas de paz en Haití y el Congo: un análisis de género y de seguridad desde la perspectiva Latinoamericana.** Buenos Aires: Resdal, 2013. 184 p.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

ESTRELA, Diego. A evolução da mulher na sociedade. 28 set. 2013. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/a-Evolucao-Da-Mulher-Na-Sociedade/39086872.html>. Acesso em: 21 de março de 2015.

FREITAS, Fernando Marques. **Mapeamento da Situação** [da mulher no Exército brasileiro]. Palestra apresentada na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Gênero do MD, em 09 de fevereiro de 2015.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. **Sociologias**. Porto Alegre, RS.

Ano 12, n. 23, jan./abr. 2010. p. 340-353. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/12.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2015.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: Del Priore, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

GOULART, Aline Hamilton. **As enfermeiras na FEB**: As primeiras mulheres no Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2010.

LIMA, Mariana Fonseca. **O Brasil deve adotar um Plano Nacional de Ação para implementar a Resolução 1325 do CSNU?** Brasília: Ministério da Defesa. Instituto Pandiá Calógeras. Ideias. Diálogos. Defesa. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACHADO, Jorge. **Mapeamento da situação** [feminina da Marinha do Brasil]. Palestra apresentada na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Gênero do MD, em 09 de fevereiro de 2015.

MATHIAS, Suzeley Kalil. As mulheres chegam aos quartéis. **Resdal Eletrônica**: Argentina, jan 2005. Disponível em:
http://www.iidh.ed.cr/comunidades/seguridad/docs/seg_docfuerzas/as%20mulheres%20ffaa-suze-2005.pdf . Acesso em: 27 fev. 2015.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília. Mulheres e vida militar. **Cadernos ADENAUER XIV** n. 3. ago 2013. p. 145-165. Disponível em:
<http://www.kas.de/wf/doc/11289-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 6 mar 2015.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília. Ser soldado, ser mulher. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, CE. v. 4, n. 7, jul.- dez. 2008. p. 273-310. Disponível em:
www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/download/68/85. Acesso em: 15 mar 2015.

MEDEIROS, Elza Cansação. As enfermeiras do Brasil na 2ª Guerra. **Revista da Aeronáutica**. n. 232, mar. – abr. 2002. Disponível em:
<http://www.sentandoapua.com.br/portal3/leitura/historias-dos-veteranos-a-historia-como-ela-foi/141-hist24>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MIYAGUTI, Aldo Matsuhiro. Comando da Aeronáutica. **Palestra apresentada na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Gênero do MD**, em 09 de fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, Aldner Peres. **33 anos da mulher militar na Marinha do Brasil**. Palestra apresentada no Programa de Atualização da Mulher. Rio de Janeiro: ESG, 9 out. 2013.

ORICHIO, Ana Paula Carvalho et all. **Mulheres para a Marinha do Brasil**: recrutamento e seleção das primeiras oficiais enfermeiras (1980-1981). Texto & Contexto Enfermagem, vol. 21, n. 4, out.-dez. 2012, pp. 811-818. Universidade

Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PETRONIO, Katie. Get over It! We are not all created equal. **Marine Corps Gazette**. march 2013. Disponível em: <https://www.mca-marines.org/gazette/2013/03/get-over-it-we-are-not-all-created-equal>. Acesso em: 26 fev. 2015.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG). Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

PRATES, Rodrigo Martins. A mulher e os conflitos armados. **Texto pessoal**. Brasília, mar. 2015.

ROCHA, Marina. **Missões de paz**: Painel da ONU é encerrado com debate sobre questão de gênero. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/15371-painel-da-onu-sobre-missoes-de-paz-e-encerrado-com-debates-sobre-a-questao-de-genero>. Acesso em: 18 abr. 2015.

SALIH, Cale. The Kurdish women fighting ISIS. **CNN**. 13 mar. 2015. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/03/12/world/cnnphotos-female-peshmerga-fighters>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTOS, Lauciana Rodrigues. **A participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras: um debate contemporâneo**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado de São Paulo. Marília, SP. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf>. Acesso em: 15. abr. 2015

SOUZA, Luciane Scrivano Capanema. **Mulher militar na FAB**. Palestra apresentada no Programa de Atualização da Mulher. Rio de Janeiro: ESG, 23 set. 2014.

STREY, Marlene Neves. Será o século XXI o século das mulheres? In: STREY, M. S.; MATTOS, Flora; FENSTERSELFER, Gilda; WERBA, Graziela. **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 9-18.

TAKAHASHI, Emília. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. 2002. 276 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

ZUWICK, Ana Maria. Emancipação feminina: obstáculos e perspectivas para sua construção. In: STREY, M. S.; MATTOS, Flora; FENSTERSELFER, Gilda;

WERBA, Graziela. **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 33-39.